



Relatório Circunstanciado do Poder Legislativo

Relatório Circunstanciado sobre as Contas de Gestão do Presidente do Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha Exercício Financeiro de 2019.

Conforme determinado no art. 78, da Resolução TCE/RS nº 1.028, de 4 de março de 2015 e instruções contidas no inciso III, art. 4º da Resolução TCE/RS nº 1.052, de 18 de dezembro de 2015, apresentamos o Relatório Minucioso do Administrador do Sr. Rodrigo Gomes Massulo, referente às Contas de Gestão do Exercício Financeiro de 2019, constando as metas físico-financeiras previstas e alcançadas, conforme o que foi estabelecido no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual de 2019, Segue em anexo também declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, conforme arts. 6º e 15 da Resolução TCE/RS nº 963, de 19 de dezembro de 2012.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019

1.1 Informações sobre os Repasses Financeiros Obtidos

REPASSES 2019							
DOTAÇÃO INICIAL	4.590.000,00						
REDUZIDO DOTAÇÃO ATUAL	4.590.000,00						
				outros	IPRGS	IRRF	
Janeiro		380.765,70				23.054,15	
	01/jan	572,78					B.Brasil
	01/jan	49.568,39					C.E.Federal
	01/jan	59.034,45					Banrisul
	02/jan	50.000,00					C.E.Federal
	02/jan	50.000,00					Banrisul
	18/jan	100.000,00					Banrisul
	18/jan	48.350,00					C.E.Federal
	31/jan	73,67		9,61	6.600,54	16.444,00	Banrisul
	31/jan	112,26					C.E.Federal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Fevereiro							23.044,68	B.Brasil
	20/fev	95.000,00						C.E.Federal
	20/fev	255.000,00	373.056,18					Banrisul
	28/fev			9,61	6.605,84	16.429,23		
	28/fev	11,50						C.E.Federal
	28/fev	49,95						Banrisul
Março							26.783,79	B.Brasil
			377.002,26					
	20/mar	95.000,00						C.E.Federal
	20/mar	255.000,00						Banrisul
	28/mar			463,17	7.459,34	18.861,28		C.E.Federal
	28/mar	84,47						Banrisul
	28/mar	134,00						C.E.Federal
								Banrisul
Abril							25.673,19	
			375.941,25					
	22/abr	255.000,00						Banrisul
	22/abr	95.000,00						C.E.Federal
	30/abr			136,45	7.685,28	17.851,46		B.Brasil
	30/abr	137,34						C.E.Federal
	30/abr	130,72						Banrisul]
Maio							25.955,86	
			376.296,92					
	20/mai	80.000,00						C.E.Federal
	20/mai	270.000,00						Banrisul
	31/mai			30,60	7.685,28	18.239,98		B.Brasil
	31/mai	203,05						Banrisul
	31/mai	138,01						C.E.Federal

Av. Borges de Medeiros, 602 Fone: (51) 3662 3555 - Cep. 95.500-000

“Doe Órgãos, doe sangue: Salve vidas”
“Crack: A Pedra da Morte.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Junho							25.798,90	
			376.344,57					
	21/jun	270.000,00						Banrisul
	21/jun	80.000,00						C.E.Federal
	28/jun	202,69						Banrisul
	28/jun	106,14						C.E.Federal
	28/jun	202,69						Banrisul
	28/jun	34,15		9,61	7.685,28	18.104,01		B.Brasil
Julho							27.040,30	
			377.462,43					
	22/jul	260.000,00						Banrisul
	22/jul	90.000,00						C.E.Federal
	31/jul			9,61	8.062,84	18.967,85		B.Brasil
	31/jul	124,13						C.E.Federal
	31/jul	298,00						Banrisul
Agosto							25.976,46	
			376.226,93					
	05/ago	0,97						
	20/ago	260.000,00						Banrisul
	20/ago	90.000,00						C.E.Federal
	30/ago			9,61	7.685,28	18.281,57		
	30/ago	87,09						C.E.Federal
	30/ago	163,38						Banrisul
Setembro							25.715,29	
			376.039,11					
	19/set	260.000,00						Banrisul
	19/set	90.000,00						C.E.Federal
	30/set	77,41						C.E.Federal
	30/set	246,41						Banrisul
	30/set			9,61	7.334,84	18.370,84		
Outubro							25.679,29	
			376.135,63					
	21/out	90.000,00						C.E.Federal
	21/out	260.000,00						Banrisul
	31/out			9,61	7.334,84	18.334,84		

Av. Borges de Medeiros, 602 Fone: (51) 3662 3555 - Cep. 95.500-000

“Doe Órgãos, doe sangue: Salve vidas”
“Crack: A Pedra da Morte.”



	31/out	308,45						Banrisul
	31/out	147,89						C.E.Federal
Novembro							25.763,05	
			376.850,29					
	20/nov	100.000,00						C.E.Federal
	20/nov	250.000,00						Banrisul
	30/nov	918,71						Banrisul
	30/nov	168,53						C.E.Federal
	30/nov			47,56	7334,84	18380,65		
Dezembro							41.478,14	
			42.250,16					
	31/dez	95,14						C.E.Federal
	31/dez	676,88						Banrisul
	30/dez			2.255,64	7.334,84	31.887,66		
Total								
			4.184.371,43				321.963,10	

1.1.1 - Devolução dos valores em Bancos para o Executivo até 31/12/2019: R\$.....

1.1.2 - Saldo em Bancos em 31/12/2019__: R\$.336.419,05....

1.1.3 - Saldo em Bancos pelo Razão Contábil R\$e Conciliação Bancária: R\$ 337.879,80...

1.2 O Legislativo Municipal realizou, no exercício findo, as seguintes tarefas independentes do Poder Executivo.

1.2.1 – Emissão de Empenhos

1.2.2 – Execução orçamentária das despesas (empenhos e liquidações)

1.2.3 – Pagamentos de Empenhos (Pagadoria)

1.2.4 – Contabilidade Integral

1.2.5 – Folha de Pagamento

Av. Borges de Medeiros, 602 Fone: (51) 3662 3555 - Cep. 95.500-000

“Doe Órgãos, doe sangue: Salve vidas”

“Crack: A Pedra da Morte.”



1.2.6 – Organização do patrimônio

1.3 – Análise quanto aos Restos a Pagar

Findo o Exercício Financeiro de 2019, não ficaram Restos a Pagar do Poder Legislativo Municipal. Os recursos disponíveis importam em R\$ 336.419,05 (Trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos)

2. DO CONTROLE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

2.1 Limite das despesas totais do Legislativo

Em conformidade com a Constituição da República, o Poder Legislativo alcançou o percentual de 4,61% de suas despesas totais, excluídos os inativos, em relação à receita tributária e de transferência no ano de 2019.

Para tanto, informa-se que a população do Município, até 31/12/2019 era de, aproximadamente, 43.000 habitantes (censo de IBGE). Assim o limite da despesa em relação à receita era de 7% (sete). Logo, o Legislativo se posicionou aquém deste limite e dentro da norma estabelecida pela Emenda Constitucional nº 58, de 23, de setembro de 2009, artigo 29-A.

2.2 Limite das Despesas com Folha de Pagamento

De igual forma, o limite de 70% (setenta por cento) da receita do Legislativo, fixado pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000, no seu artigo 29-A, § 1º, foi obedecido, situando-se o Legislativo no patamar de 58,04%.

2.3 Limite da Despesa Total com Remuneração dos Vereadores

Em obediência ao que estabelece o art. 29, VII, da Constituição Federal de 1988, o limite da remuneração total dos Vereadores, incluída a verba de representação e encargos, foi de R\$ 1.072.505,48. Em relação à receita orçamentária do Município de R\$ 104.946.593,04 se obtém o índice de 1.02%.

Adicionalmente informamos que a remuneração individual do vereador no exercício findo de 2019 foi de R\$ 5.425,59 mensais, sendo que o Presidente da Câmara recebeu representação mensal de R\$ 7.303,78.



2.4 Limite da Remuneração Individual do Vereador

Em obediência ao que estabelece o art. 29, VI, da Constituição Federal de 1988, o limite da remuneração individual do Vereador, que para o município é de 33% (trinta e três) da remuneração do Deputado Estadual, nos termos da Lei Municipal nº 7440 foi fixado em R\$ 5.425,59. De acordo com a população do Município de aproximadamente 43.000 habitantes (censo de IBGE), o percentual individual atingido é de 21,43%.

2.5 Limite da Despesa com Pessoal (LRF)

O Poder Legislativo Municipal realizou despesas com pessoal no ano de 2019 no valor de R\$ 3.044.300,22, correspondendo a 2,89%, da Receita Corrente Líquida do Município. Ficando, abaixo do limite de 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

3. DAS METAS PREVISTAS NO PPA, NA LDO E NA LOA

As metas previstas nos orçamentos obtiveram previsão e realização em 31/12/2019, de acordo com a execução orçamentária do exercício findo e documentos contábeis pertinentes.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS

Ao final do Exercício Financeiro de 2019 foram inventariados, física e contabilmente, bens móveis do Legislativo Municipal, sendo que não foram encontradas diferenças em relação à escrituração contábil. Aguardando situação do sistema junto ao executivo municipal.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

5.1 Relativamente a Concursos Públicos:

Não houve realização de Concurso Público, nem admissões decorrentes de concurso público anterior no Poder Legislativo durante o exercício de 2019.

5.2 Contratações Temporárias:

Não houve realização de Contratações temporárias durante o exercício de 2019.



5.3 Revisões e aumentos de remunerações:

Ato Legal: Lei Municipal nº 8.274 Data: 07/03/2019 - servidores

Ato Legal: Lei Municipal nº 8.277 Data: 07/03/2019 – vereadores

5.4 Licenças Concedidas a Vereadores:

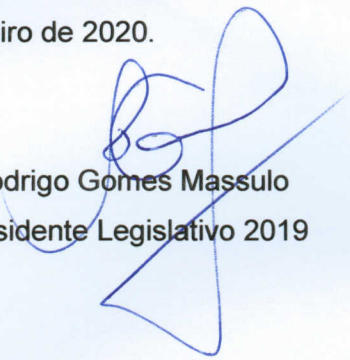
Ato Legal	Data	Motivo	Nome
Licença art. 16,III regimento interno – 30 dias	06/03/2019	Assuntos particulares	Jorge Eloy de Oliveira
Licença art. 16,III regimento interno – 30 dias	27/03/2019	Tratamento de Saúde	Jair Belloli
Licença art. 16,III regimento interno – 30 dias	01/12/2019	Assuntos particulares	João Luis Moreira da Silva

6. DA RESPONSABILIDADE

Exerceu a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, durante o Exercício Financeiro de 2019, o Vereador Rodrigo Gomes Massulo.

Sendo o que se apresentava, segue junto a este Relatório, o Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno deste Município e Declaração de que os agentes públicos estão em dia com a entrega da declaração de bens e rendas e ata de inventário de bens.

Santo Antônio da Patrulha, 30 de janeiro de 2020.


Rodrigo Gomes Massulo
Presidente Legislativo 2019